



O balanço de 2011 indica que o clima de normalidade permanece “vivo e forte” no mercado energético brasileiro

POR EDUARDO JOSÉ BERNINI*

Divagações sobre gatos,

Ao começar o ano letivo, tropecei num ditado que o Ruy Castro na Folha de S. Paulo lembrou, com muita propriedade: “Gato nascido no forno não é biscoito”. Meu tropeço deve-se a um pensamento sui generis: como traduzir esse ditado, sem perder o sentido, para qualquer outra língua. Resumido ao seu sentido literal (“Cat born in oven is not cookie”) acaba parecendo que é apenas uma frase absolutamente lógica com um toque surreal.

Na minha infância, dizer que alguém não era “biscoito” tinha sentido. Era uma gíria comum para definir “alguém que não é fácil”, um ser briguento ou simplesmente teimoso. Fiquei ainda mais curioso: será que essa gíria sobreviveu no mercado das gírias nos tempos das redes sociais? E mais: será que os meus amigos d’além-mar (e tenho muitos, felizmente), com os quais partilhamos a mesma língua (e um Acordo Ortográfico, que por vezes se parece com esse horror que foi a padronização das tomadas elétricas brasileiras, que só nos traz problemas de achar o adaptador certo para a tomada errada) terão noção dessa sutileza? Com certeza não, assim como nós, “brazucas com z de zabumba”, não somos capazes de, sem uma ajuda local, captar as sutilezas das deliciosas (e sábias) lições dos ditados portugueses.

Essa introdução foi só para chamar a atenção para o tema de fundo deste artigo de ano novo: afinal, qual a agenda energética brasileira para 2012? Será que estamos nos entendendo o suficiente para saber primeiro, o que deve ser feito e, não menos importante, o que será feito com base no que está sendo feito, antes que algum defeito nos leve à conclusão de que tudo está sendo mal feito?

O balanço de 2011 indica que o clima de normalidade permanece “vivo e forte” no mercado energético brasileiro. Leilões de contratação de energia elétrica aconteceram, o avanço das fontes renováveis (leia-se parques eólicos) se consolidou, tio Sam suspendeu as barreiras ao etanol, não houve nenhuma crise de suprimento ou de fornecimento, nem de combustíveis líquidos, nem de eletricidade. Enfim, parece que o céu de brigadeiro e o mar de almirante fazem parte do nosso dia a dia.

Então, por que o balanço de 2011 incomoda? Porque a normali-



O problema é que o atrito tende a provocar mais calor do que luz

dade de hoje não é garantia de um futuro normal, quando se trata da infraestrutura, principalmente a energética. E a agenda 2011 do setor energético deixou alguns pontos de interrogação importantes para os próximos anos.

No segmento de óleo e gás, apesar do mar de oportunidades que o pré-sal representa, os riscos de exploração (e o caso do vazamento da plataforma operada pela Chevron na Bacia de Campos é ainda muito recente para ser esquecido, como parece ser o caso BP no Golfo do México), e o equacionamento dos recursos financeiros, materiais e humanos necessários são apresentados como sendo um problema exclusivo da área de planejamento da Petrobras. Os artigos que Norman Gall, diretor executivo do Instituto Fernand Braudel, publicou no O Estado de S. Paulo demonstram que o problema é mais complexo e exige um nível de transparência e de coordenação de ações que não deveria ficar restrito aos interesses corporativos de uma única empresa.

O caso do gás natural é ainda mais sintomático: afinal, temos ou não temos gás para atender a desejada diversificação da nossa matriz energética? Pelas esquinas se ouve muito o rumor de que gás está sobrando depois da mudança profunda que o desenvolvimento do gás de xisto (shale gas) nos Estados Unidos causou, inclusive na geopolítica energética. Contudo, pela falta de um mercado estruturado de oferta de longo prazo (a exemplo do que foi feito com energia elétrica), esse gás permanece sob o controle da Petrobras, que o alocará de acordo com seu interesse. A indústria química, os setores industriais, comerciais e de serviços, os potenciais interessados na cogeração, na geração distribuída ou mesmo, em usinas termoeletricas competitivas com as demais fontes, gostariam, acredito, de saber qual a “real” política de longo prazo que o País pretende seguir para o gás natural como matéria-prima e como combustível. Sobretudo porque o nível de preços praticado internamente está totalmente descolado da realidade internacional, o que impacta a competitividade brasileira em muitos segmentos, a começar da própria indústria química brasileira.

Se o “status-quo” é o que melhor atende ao interesse nacional de longo prazo, está mais do que na hora de que isso seja dito com todas as letras, até para poder resistir (ou não) ao teste da verdade do debate. O que se ouve nas esquinas não é o que parece, ou, à moda de Luigi Pirandello, “Così è se vi pare”.

Na frente elétrica, também existem razões para sobranças

biscoitos e águas frias

torcidas. Pelo lado da oferta, não se pode dizer que não houve atrito. Pelo contrário. O problema é que o atrito tende a provocar mais calor do que luz. A controvérsia sobre as hidroelétricas como fonte renovável (ou não) e seus impactos sobre o meio ambiente e os direitos das populações ribeirinhas ou afetadas pelos reservatórios é positiva, desde que não seja polarizada por argumentos meramente emocionais ou ditados por agendas ocultas. Antes que alguém interprete mal a frase, o sentido de agenda oculta não guarda qualquer relação com agenda ilícita ou mal intencionada; significa apenas que por falta de coerência na exposição dos argumentos, a verdadeira motivação de uma parte permanece oculta às demais partes relacionadas ao debate.

Tenho dificuldade em compreender que ainda se possa supor que hidroelétricas sejam construídas sem atender a parâmetros contemporâneos de equilíbrio ambiental e social. Assim como tenho dificuldade em entender que venhamos a desperdiçar um recurso energético abundante e renovável como a forças das águas para atender aos requisitos de desenvolvimento econômico e social sustentável. Por isso, também, custo a crer que um novo olhar sobre as pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), que hoje estão marginalizadas por não estarem conseguindo competir com as demais fontes, não venha a fazer parte da agenda 2012.

Uma pergunta aparenta ficar com um papel secundário nesse vaudeville: qual o custo que a sociedade está pagando e qual o preço que está disposta a pagar pela confiabilidade e segurança no suprimento energético?

Essa pergunta nos remete a temas correlatos. Os atrasos no programa de expansão da transmissão tem um custo, assim como a redução na capacidade de regularização hidráulica pela diminuição dos reservatórios. A expansão das fontes renováveis “não despacháveis” também - neste caso, inclusive, com redução da segurança energética nos horários de pico.

Voltando à questão de agendas ocultas (no sentido acima exposto), a ênfase na redução dos preços de energia elétrica obtida por meio dos leilões é positiva, mas, se não forem computados todos os custos envolvidos na expansão do atendimento, podemos estar vivendo de ilusões, pois, o que o cliente de energia elétrica percebe é que a fatura está mais cara e a qualidade, até a tomada na parede das fábricas, escritórios e residências, em degradação.

O que abre outra agenda: o planejamento do setor elétrico tem sido eficaz em expandir a produção de energia elétrica, por meio dos leilões de contratação de energia. Mas tem sido ineficiente em enxergar e incorporar no planejamento a ponta final da cadeia produtiva, ou seja, o fazer chegar ao cliente final a energia elétrica com qualidade e preço compatível.

Essa constatação também nos lembra outro ponto de atrito, que é a “revisão da revisão tarifária” no seu 3º ciclo para as distri-

buidoras de energia elétrica. Ao colocar em causa a mitigação tarifária como resultado da redução da remuneração sobre os ativos das concessionárias, o que aparenta ser um benefício pode virar um mal feito: o nosso sistema distribuidor precisa ser modernizado. Para ser modernizado, precisa de investimentos. E os investimentos só irão acontecer se houver atratividade no retorno. Redes inteligentes (smart grids) só irão se tornar realidade se houver um retorno justo dos investimentos. Parece óbvio, e é óbvio, mas a realidade está nos conduzindo para uma direção contrária. Multas e penalizações no reajuste tarifário são ineficientes como indutores de investimento: penalizações só agravam a incapacidade financeira de realizar investimentos e o valor presente líquido do ganho financeiro de adiar (ou não realizar) investimentos, sem taxas atrativas de retorno, é maior do que as multas incorridas (quando estas não são embargadas por recursos).

Mitigação tarifária no Brasil só acontecerá quando for reconhecido que a carga tributária e de encargos praticada não é sustentável, mascarando a realidade dos custos incorridos em todos os elos da cadeia produtiva da indústria de energia. O planejamento não é capaz de lidar com esse problema. Reguladores idem. Mesmo as políticas públicas setoriais são incapazes de lidar com o problema, que é uma questão federativa, já que o ICMS dos estados da Federação (com alíquotas que variam entre 12% e 33%) é o principal vilão, mas não o único. União, Estados e Municípios não estão dispostos sequer a conversar “off the records” sobre o assunto pelo papel que a arrecadação sobre energia elétrica representa nos orçamentos públicos. Assim, informo ao distinto público pagante, não será o final da novela “Direito de Renascer” (também conhecida como relicitar ou renovar as concessões a vencer), parte inevitável da agenda 2012, que vai trazer novos ângulos para a velha questão da energia elétrica a preços competitivos.

Por tudo isso, a agenda energética para 2012 corre o sério risco de se limitar à antiga dialética de gatos escaldados e águas frias, um déjà vu de 2011. Pode não ter nascido no forno, mas definitivamente o assunto “energia” não é “biscoito”.

Temos ou não temos gás para atender a desejada diversificação da nossa matriz energética?

***Eduardo José Bernini, 55, é economista que não gosta de fazer previsões de ano novo**